

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

# Faltam servidores e espaço na Casa

Existe um ponto em comum entre os presidentes de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) e a direção da Assembleia: eles concordam que falta estrutura para o trabalho atual da Casa. Segundo dados do Legislativo, o corpo de servidores atual não é suficiente para atender mais comissões, e a criação de novas frentes de trabalho seria inviável.

“Tivemos de converter o auditório que tínhamos em um novo plenário para atender às comissões”, contou o secretário-geral da Mesa, Carlos Eduardo Casa Grande.

Ele comentou que, apesar de hoje não haver necessidade de contratações, o uso de mão de obra vinda de outros setores da Assembleia não suporta mais crescimento na demanda por trabalho: “Até agora não foi preciso fazer contratações, mas, caso aumente o número de comissões, teremos de avaliar”.

Entre os parlamentares, Rafael Favatto (PEN), que preside a CPI do Pó Preto, é mais incisivo: “Se

quer saber se tem servidor, não tem. Mas é trabalho do deputado investigar, e a falta deles (funcionários) pode atrapalhar a CPI.”

Tal deficiência é sentida por quem quer colaborar. O universitário Leon Mombrine, 22 anos, diz que a CPI do Pó Preto não recebeu 10 questões que ele tentou apresentar à Vale.

Favatto disse desconhecer a dificuldade do estudante e que há um canal específico para colaborações, pelo e-mail cpidopopreto@gmail.com, além de três audiências públicas: dia 15, em Anchieta; 17, em Vitória, na Assembleia; e 22, em Vila Velha, em local a ser definido.

“A falta de servidores atinge áreas como a taquigrafia, por exemplo, que hoje funciona com 25 profissionais, 11 a menos que o número ideal traçado em 2010. “Muitos taquígrafos se aposentaram. Temos de fazer rodízios curtos para atender a todos”, disse Casa Grande. Processo para contratação de novos taquígrafos sem a necessidade de concurso tramita na Assembleia.



MOMBRINE elaborou questões para CPI, mas não conseguiu entregá-las

OS PODERES DE UMA CPI

O que ela pode fazer

- **OBJETIVO:** são criadas com o intuito de investigar fatos determinados.
- **PODER:** elas têm poder semelhante ao de juizes, garantido em Constituição, e podem solicitar ações que auxiliem seu trabalho, como quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico.
- **ASSIM** como qualquer cidadão, o presidente de uma CPI pode dar voz de prisão a um depoente em caso de flagrante de delito, mas os poderes de prisão, ao contrário do que se pode pensar, param por aí.

O que ela não pode fazer

- **MANDAR PRENDER:** qualquer possibilidade de reclusão vinda de uma investigação por CPI deve ser apenas sugerida ao Poder Judiciário pelo relatório final da comissão.
- **FUGIR DO TEMA:** as CPIs devem investigar apenas seu objeto inicial, proposto em sua criação. Qualquer denúncia que fuja ao objetivo inicial perde a legitimidade.
- A CPI deve convocar depoentes com objetivo claro de ser testemunha ou investigado. Afinal, dependendo do caso, seus direitos também mudam.

Resultados

- **NO FIM DA CPI,** o relatório é votado por todos os membros. No documento, os parlamentares podem recomendar punições, como cassação de mandato e até prisão.
- **QUEM DECIDE,** porém, se as punições serão aplicadas são os órgãos que recebem os relatórios, como Polícia Federal, Ministério Público ou o Poder Judiciário.
- **A ESCOLHA DO ÓRGÃO** para onde será enviado o relatório varia de acordo com a natureza das ações sugeridas pelos parlamentares.

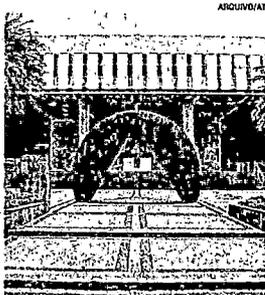
Fonte: Membros das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) da Assembleia.

# Presidentes querem mais especialistas

A falta de servidores não se refere apenas à quantidade, mas também à especialidade dos funcionários disponíveis na Assembleia. Para o presidente da CPI do Pó Preto, Rafael Favatto (PEN), é preciso contratar especialistas nas áreas abordadas pelas comissões.

“Protocelamos um projeto para viabilizar isso. Temos biólogos que prestam serviço à Casa, mas nenhum servidor especializado em poluição do ar”, ressaltou Favatto.

Segundo a Assembleia, não há possibilidade de serem contratados novos funcionários pelo Legis-



ASSEMBLEIA de Minas: convênio

lativo para atender às comissões, mas alternativas são avaliadas.

Durante o encontro da União Nacional de Assembleias Legislativas (Unale), na quinta, sexta e sábado próximos, no Centro de Convenções de Vitória, um convênio deve ser firmado entre o Legislativo do Espírito Santo e de Minas Gerais, para troca de experiências nas áreas carentes.

“Esperamos resolver a demanda por especialistas com isso. A Assembleia de Minas é uma das mais antigas e ricas em áreas de conhecimento e podemos fornecer da-

dos em contrapartida”, diz o secretário-geral, Carlos Eduardo Casa Grande. Ele sustenta o déficit da especialistas, apesar de haver profissionais à disposição na Casa: “Hoje nosso quadro tem biólogos, engenheiros, todos à disposição para auxiliar em investigações, mas quando um assunto fica muito específico é difícil atender”.

Além da CPI do Pó Preto, comissões especiais como a de Petróleo e Gás, presidida por Marcelo Santos (PMDB), já atentaram para a ausência de especialistas e buscam alternativas fora do Estado.

ANÁLISE

Mauro Paiva, cientista político e professor do curso de Marketing da Faesa



## “Parece que não há espaço para todos”

O aumento no número de funcionários à disposição da Casa legislativa deve estar gerando custos extras com o deslocamento desses servidores dos seus locais de origem para as acomodações da Assembleia.

Parece que não há espaço para tanta gente trabalhar.

O lado positivo desse esforço é a grande produção do Legislativo em fiscalizar e investigar assuntos de interesse da população. Os cidadãos esperam por respostas, principalmente com relação a temas mais divulgados pela mídia, como por exemplo, as CPIs: da sonegação de tributos; do Pó Preto, problema de poluição antigo; e a mais recente, da Máfia dos Guinchos.

O que esperamos é ver esses trabalhos concluídos e divulgados para a sociedade. O resultado do trabalho dessas comissões fará com que as pessoas tenham mais confiança nos políticos e na política, tão descreditados ultimamente.”

VO QUE DIZEM OS PRESIDENTES

CPI do Transcol

“Acredito que a CPI tenha uma conclusão até julho e que o relatório aponte as irregularidades que já constatamos sobre o processo licitatório, no governo passado, do sistema Transcol.”



Edson Magalhães (DEM)

CPI dos Guinchos

“A Comissão Parlamentar de Inquérito não tem prazo definido. Ela vai acabar quando tiver que acabar. Nós estamos investigando o procedimento dessa máfia, que não é de todos os agentes, mas de alguns poucos.”

CPI da Sonegação

“Esta é outra comissão que tem tomado tempo dos deputados. Temos muito trabalho e já protocolamos denúncia junto ao Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES), a partir de depoimentos das reuniões.”



Enivaldo dos Anjos (PSD)

CPI do Pó Preto

“Estamos indo para uma nova etapa da comissão. Vamos realizar audiências públicas para ouvir de perto as sugestões da população. Depois, faremos nosso relatório final.”



Rafael Favatto (PEN)

CPI dos Empenhos

“Nós conseguimos averiguar muitas coisas com as investigações dos últimos dois meses. Tem de ser incisivo neste problema, que é sério, e fomos muito bem em depoimentos-chave.”



Euclério Sampaio (PDT)

ALALALETOR



“Já ouvi falar das CPIs, mas acho que falta resultado nelas. Acredito que elas apareçam quando os políticos são criticados”

MARCOS ÂNGELO DA SILVA, 46 anos, padreiro



“As investigações têm de ocorrer, mas é preciso saber se elas estão realmente surtindo efeito. Afinal, é o nosso dinheiro”

JADSON VIDAL, 39 anos, taxista



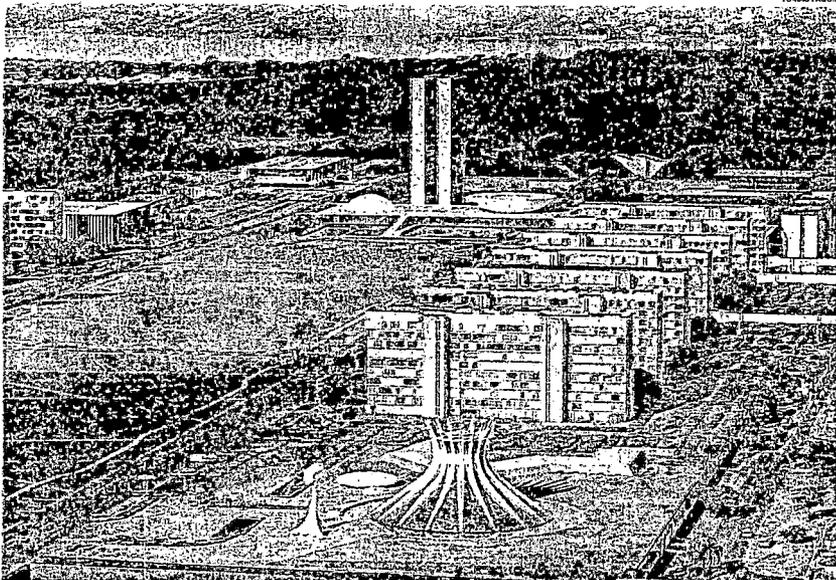
“Não acho necessário tantas comissões. Muitas a gente nem sabe do que tratam. Tinha que valorizar a divulgação dos resultados”

ANA PAULA DUTRA, 28 anos, vendedora



“Tem de investigar outras situações, como os radares. Já sofri duas multas indevidas que os órgãos não tiveram como provar”

FELIPE PEREIRA, 25, técnico de ar-condicionado



VISÃO AÉREA da Esplanada: proposta que reduz de 39 para 20 o número de ministérios deve ser votada este ano

## Bancada vai votar pela redução de ministérios

Deputados federais do Estado defendem a diminuição, como forma de reduzir custos com a máquina pública em período de ajuste

Eduardo Alencar

Os deputados federais capixabas aprovam a redução de ministérios e devem votar a favor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 299/13 que limita em 20 o número. Atualmente são 39.

A PEC é de autoria do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB). O líder do PMDB na Casa, Leonardo Picciani, quer acelerar a votação da proposta.

Em tempos de cortes de gastos pelo governo federal, reduzir o número de ministérios é visto pela

bancada do Espírito Santo como uma boa forma do Poder Executivo realizar os ajustes.

O deputado Lelo Coimbra (PMDB) disse que limitar em 20 ou 25 ministérios seria uma medida razoável.

"O debate em si é muito importante porque o governo está fazendo ajustes a custo de aumento de impostos e cortes de direitos trabalhistas. Constitucionalizar o número de 20 ou 25 ministérios seria interessante", declarou.

Max Filho (PSDB), que participou da votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), também disse que é favorável à redução de ministérios.

"Sou a favor da redução de ministérios. O gasto público tem de ser visto com moderação e austeridade. É mais gente pressionando para gastar, sem contar a quantidade de cargos comissionados".

Já os deputados Givaldo Vieira (PT) e Sérgio Vidigal (PDT) afir-

am que esta medida teria de ser tomada pelo governo federal e não por meio de uma PEC.

"Acho que proposta é uma intromissão descabida", disse Givaldo.

"É preciso reduzir o número de ministérios, mas quem deve definir isto é o próprio governo", pontuou Vidigal.

Carlos Mannato (SD) acredita que algumas pastas deveriam ser juntar e disse que a medida deveria se estender para secretarias estaduais e municipais.

"Temos ministérios com a mesma atividade. Não é necessário. O correto é juntar ministérios".

Para Paulo Foletto (PSB), diminuir o custo da máquina governamental é melhor saída.

"É fundamental que haja a diminuição de ministérios. Só não sei se viria através de PEC", apontou.

A PEC aguarda a criação de uma Comissão Temporária por parte da Mesa, que terá prazo de 40 sessões para apresentar o relatório.

### PEC 299/13

- > A PROPOSTA DE EMENDA à Constituição nº 299/13 é de autoria do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB).
- > A EMENTA ALTERA o artigo 88 da Constituição Federal e limita em 20 o número de ministérios. Atualmente são 39 pastas ministeriais.
- > A PROPOSTA está aguardando a criação de uma comissão temporária pela Mesa.
- > APÓS A CRIAÇÃO da Comissão Temporária, haverá um prazo de 40 sessões para que seja apresentado o relatório sobre a PEC.

### Forma de apreciação

- > A PROPOSIÇÃO está sujeita à apreciação do plenário.



GIVALDO VIEIRA (PT), deputado federal



MAX FILHO (PSDB), deputado federal

"Acho que essa medida não traria tanta economia. Pode até prejudicar. Como escolher qual área vai perder ministério?"



CARLOS MANNATO (SD), deputado federal



SÉRGIO VIDIGAL (PDT), deputado federal

"Sou a favor que se diminuam os ministérios e também as secretarias dos estados e municípios. Não é necessário."

"Embora isso não resolva o problema, seria um bom exemplo diminuir ministérios, mas o governo é quem deve definir."

## PLENÁRIO

plenario@redtribuna.com.br

### Disputa por passe de senador

Desde que o senador Ricardo Ferraço passou a expor publicamente sua insatisfação com o partido – em entrevista à TV da Veja na última quinta, ele disse que se “envergonha” do PMDB – pelo menos três grandes legendas entraram na disputa pelo passe do senador: PSDB, PV e PDT.

Os tucanos, no entanto, são os que mais investem com o próprio presidente da sigla, Aécio Neves, entrando na jogada.

Além de ter chamado a Brasília César Colnago, Luiz Paulo Velozo e Max Filho para fechar um apoio à volta de Ricardo ao ninho tucano, Aécio também teria telefonado para o governador Paulo Hartung, semana passada, para sondar se haveria algum empecilho na mudança de legenda do senador. O deputado Evair de Melo (PV) também teria feito o convite e Sérgio Vidigal não esconde desejo de ter Ricardo nos quadros do PDT.

### Agricultura familiar

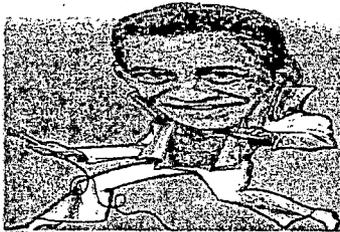
Indicação do deputado estadual Rodrigo Coelho (PT) quer obrigar que ao menos 30% dos alimentos comprados por órgãos públicos sejam da agricultura familiar.

Segundo o deputado, esse é um pedido antigo dos produtores. “Apresentei a indicação no intuito de fazer com que o Executivo acolha este anseio das famílias produtoras”.

### “É um estelionato”

Para o deputado federal Sérgio Vidigal, a reforma política “é um estelionato”. “É uma brincadeira o que estão fazendo. Não está mudando nada. Pelo contrário, uma das medidas reduziu a transparência dos partidos”.

Ele se refere à aprovação de doação de empresas a partidos. A votação do 1º turno da reforma política na Câmara será retomada nesta semana.



### Aluguel menor a quiosqueiros

O vereador de Vitória Devanir Ferreira (PRB) quer rediscutir com a prefeitura os contratos de locação dos quiosques na orla de Camburi. Segundo ele, os valores são altos demais.

“Na alta temporada os quiosqueiros já pagam um valor de aluguel alto, em torno de R\$ 12 mil. Não é justo que eles paguem agora o mesmo valor no inverno. A nossa orla não é tão movimentada quanto a de Guarapari”.

### Deputado-pop star

O deputado Enivaldo dos Anjos (PSD), que tem se tornado notório por presidir a polêmica CPI dos Guinchos, foi passear com a família num shopping da Grande Vitória quando foi cercado por pedidos de autógrafa e elogios à sua atuação. Um dos fãs chegou a dizer que estava orando pelo deputado.

### Mais policiamento para votar reajuste na Serra

Após adiar a votação do projeto de reajuste de 9% aos servidores, e temer de sair da Câmara da Serra escoltados pela Polícia Militar, os vereadores do município devem pedir reforço no policiamento para a sessão de amanhã.

Na última quarta-feira, o projeto foi tirado de pauta após divergências entre os vereadores, o que causou a revolta de servidores que acompanhavam a sessão. Os parlamentares devem tentar um consenso antes de pautar o projeto.

### GALERIA

#### MULTA NA SERRA

A Prefeitura da Serra está trocando os abrigos de ônibus na cidade e já avisou que colar papel com anúncios nos abrigos é legal e passível de multa no valor de R\$ 676,75.

#### CARRIOS OFICIAIS

O vereador Luciano Salgado (PMDB) vai apresentar proposta à Câmara de Ibatiba que obriga a identificação dos veículos oficiais.

#### LIBERAÇÃO

O vice-governador, César Colnago,

esteve no Ministério da Educação, na última terça, para pedir a liberação do professor de ética da Ufes Júlio Pompeu para assumir a Coordenadoria Estadual dos Direitos Humanos, ligada à Vice-Governadoria. Ano que vem a Coordenadoria deve virar uma Secretaria.

#### TURISMO

A Comissão de Turismo e Desporto, presidida pelo deputado Amaro Neto, recebe amanhã o secretário de Estado de Turismo, José Sales Filho, para falar sobre os programas da pasta.

# Política

FALE COM O EDITOR: GLEBERSON NASCIMENTO E-MAIL: politica@tribuna.com.br

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

# CPIs custam R\$ 263.500 por mês

Esse é o custo estimado das cinco comissões, considerando energia, papel e servidores. População questiona se haverá resultados

Rodolpho Paixão

As comissões parlamentares de inquérito (CPIs) têm como objetivo a investigação de fatos relevantes para a população. Mas qual é o preço delas para a sociedade? No Espírito Santo, as cinco CPIs ativas na Assembleia Legislativa custam mais de R\$ 200 mil por mês só com servidores — como as comissões não têm funcionários próprios, os profissionais têm de vir de outras áreas.

A cifra total, porém, pode chegar a R\$ 263.500, considerando, além do salário dos servidores, os demais gastos, como papel e transporte. Esse valor é uma estimativa, pois a Assembleia não contabiliza gastos oficiais com as CPIs.

Contudo, apenas convocações, energia e papel podem custar R\$ 25 mil no período normal de duração de uma CPI, de 90 dias, segundo as assessorias das comissões.

Outro problema apontado pela própria Casa é a falta de estrutura para atender todas as comissões. Além de remanejar servidores, re-



RODOLPHO PAIXÃO  
Efeito Prático

## "Freou bastante"

Para a publicitária Giuliana Pavan, o trabalho da CPI dos Guinchos está surtindo efeito prático na vida dos cidadãos.

Giuliana teve seu carro guinchado enquanto tentava trocar uma nota de R\$ 50 por moedas, para utilizá-las em um parquímetro, na Praia do Canto, em Vitória. "Foi horrível ver o carro sendo guinchado e não poder fazer nada. A CPI freou bastante os guinchos", elogiou.

A CPI dos Guinchos teve oito reuniões em um período de dois meses e pediu a quebra do sigilo de agentes supostamente envolvidos.

centemente a Assembleia teve auditórios convertidos em novos plenários para servir às reuniões.

Os parlamentares também relatam dificuldades e estudam formas de contratar técnicos específicos para cada área em investigação.

Atualmente, um processo interno movido pela CPI do Pó Preto exige a contratação de especialistas em poluição do ar, enquanto outro é movido pela taquigrafia da Casa para repor o quadro da categoria,

que há cinco anos não tem reforço. Mas o trabalho das CPIs é percebido pela população.

É possível ver nas ruas que as pessoas apontam melhorias, como a redução da atividade dos guinchos e oficialização de denúncias feitas à CPI da Sonegação.

Porém, a reflexão é se o custo das comissões superam os benefícios. De certo, novas CPIs e um projeto para ampliar o atual limite de cinco delas na Casa são discuti-

dos entre os deputados.

A assessoria da Assembleia informou que nenhum servidor foi contratado para suprir a demanda criada nesta legislatura. No geral, são 31 comissões na Casa — além das cinco CPIs, há 10 comissões especiais e 16 permanentes.

Sobre gastos com papel, a Coordenadoria Especial das Comissões Temporárias e Órgãos Especiais (Cectoe) disse precisar de uma semana para levantar a informação.

## Não existe gasto extra, diz coordenador da Assembleia

Todos os gastos existentes no trabalho das comissões estão previstos no orçamento da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, garante o coordenador especial das comissões, Marcelo Siano Lima. "Não existe nenhum gasto extra, pois todos os servidores utilizados nas comissões já eram funcionários da Casa antes", garante.

Segundo a Assembleia, nem as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) funcionando em seu número máximo fazem com que haja acréscimo nos gastos da Casa.

Apesar disso, é possível contestar se existe aumento nos gastos com papel ou energia, por exemplo, informações não disponibilizadas pela Assembleia Legislativa.

Segundo a assessoria de uma das CPIs, os gastos com papel, energia e diárias pode atingir o custo de R\$ 25 mil à Casa, no prazo comum de uma comissão, que é de 90 dias.

Questionada, a assessoria da Assembleia disse não ser capaz de reunir os dados com menos de uma semana de antecedência.

## Entenda o custo

Relação média de servidores destacados para comissões



Fonte: Coordenação Especial das Comissões Temporárias e Órgãos Especiais/ Assessoria CPI dos Guinchos.

## RATÃO X DAS CPIs DA ASSEMBLEIA

### CPI dos Guinchos

- > PRESIDENTE: Enivaldo dos Anjos (PSD)
- > RELATOR: Janete de Sá (PMN)
- > OBJETIVO: apurar denúncias relacionadas à "Máfia dos Guinchos" e possível conluio entre autoridades, prestadores de serviços e lesão ao cidadão.
- > ATÉ AGORA: ouviu representantes da Polícia Militar e da Guarda Municipal de Vitória, além de supostas vítimas da máfia. Na última semana, a CPI pediu a quebra de sigilo fiscal de um único agente responsável por ordenar a apreensão de 1.700 veículos nos últimos anos.

### CPI do Pó Preto

- > PRESIDENTE: Rafael Favatto (PEN)
- > RELATOR: Dary Pagung (PRP)
- > OBJETIVO: investigar as denúncias de poluição atmosférica, suas causas e seus efeitos, com ênfase aos danos causados à saúde da população.
- > ATÉ AGORA: a CPI ouviu representantes da área médica e de empresas poluidoras, que negociam passivos ambientais com a comissão.

### CPI do Transcol

- > PRESIDENTE: Edson Magalhães (DEM)
- > RELATOR: Euclério Sampaio (PDT)
- > OBJETIVO: apurar denúncias de irregularidades na licitação do Sistema Transcol.

- > ATÉ AGORA: ouviu membros do governo anterior para investigar as possíveis irregularidades.

### CPI dos Empenhos na Saúde

- > PRESIDENTE: Euclério Sampaio (PDT)
- > RELATOR: Rodrigo Coelho (PT)
- > OBJETIVO: apura a falta de empenhos de recursos públicos à área da saúde no Estado durante os últimos anos, denunciada pelo governo atual.
- > ATÉ AGORA: convocou membros do governo passado, inclusive o ex-se-

cretário de Estado da Saúde, José Tadeu Marino.

### CPI da Sonegação de Tributos

- > PRESIDENTE: Enivaldo dos Anjos (PSD)
- > RELATOR: Cacau Lorenzoni (PP)
- > OBJETIVO: apura suposta irregularidade no pagamento e sonegação de tributos nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural no Espírito Santo.
- > ATÉ AGORA: a CPI ouviu envolvidos na Operação Derrama, da Polícia Federal, e emitiu denúncias ao Ministério Público do Espírito Santo a partir de depoimentos.



AUDIÊNCIA da CPI do Pó Preto